

LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009.
(Vide regulamentação dada pelo Decreto nº 2798/2012)



**DISPÕE SOBRE AS NORMAS
RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE
SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
ISSQN E TAXAS MUNICIPAIS,
ACRESCENTANDO E ALTERANDO
DISPOSITIVOS NA LEI
COMPLEMENTAR Nº 06, DE 21 DE
DEZEMBRO DE 2000, CÓDIGO
TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I
DO IMPOSTO**

**CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

**Seção I
Fato Gerador**

Art. 1º ~~Constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação de serviços constantes da lista discriminada no parágrafo 5º deste artigo, doravante denominada lista de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.~~

Art. 1º Constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação de serviços constantes da lista discriminada no parágrafo 5º deste artigo, doravante denominada lista de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja

prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

§ 5º A prestação dos seguintes serviços constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

LISTA DE SERVIÇOS

1 - Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 - Programação.

~~1.03 - Processamento de dados e congêneres.~~

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

~~1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.~~

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 - Assessoria e consultoria em informática.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei Federal no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 - (VETADO)

3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviços de saúde, assistência médicas e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 - Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetrícia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortopedia.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização "in vitro" e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

- 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

- 6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
 - 6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
 - 6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
 - 6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
 - 6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
 - 6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
- 6.06. [Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. \(Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017\)](#)

- 7 - Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
 - 7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
 - 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
 - 7.04 - Demolição.
 - 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
 - 7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
 - 7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
 - 7.08 - Calafetação.
 - 7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
 - 7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
 - 7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
 - 7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos,

químicos e biológicos.

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - (VETADO)

7.15 - (VETADO)

~~7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.~~

7.16. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (Redação dada pela Lei nº 208/2017)

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite-service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10 - Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

~~11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.~~

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei nº 208/2017)

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 - (VETADO)

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

~~13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.~~

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

14 - Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

~~14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.~~

14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

14.14. Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por

instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito,

inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

~~16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.~~

16.01. Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

16.02. Outros serviços de transporte de passageiros de natureza municipal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

16.03. Transporte de cargas de natureza municipal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - (VETADO)

17.08 - Franquia (franchising).

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

- 17.14 - Advocacia.
- 17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
- 17.16 - Auditoria.
- 17.17 - Análise de Organização e Métodos.
- 17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
- 17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
- 17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
- 17.21 - Estatística.
- 17.22 - Cobrança em geral.
- 17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
- 17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
- 17.25. Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, capatazia, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços de praticagem.

20.03 - Serviços aeroportuários e ferroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.04 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

20.05 - Serviços de armazenagem de qualquer natureza

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

~~25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.~~

25.02. Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05. Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.

36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.

38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Seção II Não Incidência

Art. 2º O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País.

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 3º A incidência do imposto independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

III - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação dos serviços.

IV - do fornecimento de materiais;

Art. 4º São excluídos da incidência do imposto os serviços compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

Seção III Local da Prestação

~~**Art. 5º** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas abaixo, quando o imposto será devido no local:~~

Art. 5º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas abaixo, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso de:

a) serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

b) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados

ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço (subitem 17.05 do artigo 1 desta Lei);

II - do município:

~~a) onde forem prestados os serviços de transporte de natureza municipal (subitem 16.01 do artigo 1 desta Lei);~~

a) onde forem prestados os serviços de transporte de natureza municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

b) onde for realizada a feira, exposição, congresso ou congênere a que se referirem os serviços de planejamento, organização e administração de tais eventos (subitem 17.10 do artigo 1 desta Lei);

c) em cujo território possua porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários (item 20 do artigo 1 desta Lei);

III - da prestação dos serviços de:

a) cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário (subitem 3.05 do artigo 1 desta Lei);

b) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, bem como, acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo (subitens 7.02 e 7.19 do artigo 1 desta Lei);

c) demolição (subitem 7.04 do artigo 1 desta Lei);

d) reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (subitem 7.05 do artigo 1 desta Lei);

e) varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer (subitem 7.09 do artigo 1 desta Lei);

f) limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres (subitem 7.10 do artigo 1 desta Lei);

g) decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores (subitem 7.11 do artigo 1);

h) controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos (subitem 7.12 do artigo 1 desta Lei);

~~i) florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres (subitem 7.14 do artigo 1 desta Lei);~~

i) Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

j) escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres (subitem 7.16 do artigo 1 desta Lei);

k) limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e

congêneres (subitem 7.18 do artigo 1 desta Lei);

l) guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações (subitem 11.01 do artigo 1 desta Lei);

~~m) vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas (subitem 11.02 do artigo 1 desta Lei);~~

m) Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes; (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

n) armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (subitem 11.04 do artigo 1 desta Lei);

o) de diversões, lazer, entretenimento e congêneres, exceto a produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres (item 12, exceto o subitem 12.13 do artigo 1 desta Lei).

p) do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

q) do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

r) do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 208/2017)

§ 1º No caso dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de tais bens assim explorados (subitem 3.04 do artigo 1 desta Lei).

§ 2º No caso dos serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada município em cujo território haja extensão de rodovia explorada (subitem 22.01 do artigo 1 desta Lei).

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços portuários descritos no subitem 20.1 do artigo 1 desta Lei, que ficam disciplinados pela alínea "c" do inciso II deste artigo.

§ 4º Se o prestador for de fora do município, definido o local do estabelecimento prestador nos termos do artigo 6º desta lei, o imposto será retido pelo tomador.

§ 5º Se o tomador for de fora do município, definido o local do estabelecimento prestador nos termos do artigo 6º desta lei, o imposto será retido pelo prestador.

Seção IV

Estabelecimento Prestador

Art. 6º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas, independentemente do cumprimento de formalidades legais ou regulamentares.

§ 1º Indica a existência de estabelecimento prestador a conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal de modo permanente ou temporário para realizar o serviço ou obter dados para realizá-lo, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - presença de estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada por meio de elementos, tais como:

a) indicação do endereço em imprensa, formulários ou correspondência;

b) locação de imóvel;

c) propaganda ou publicidade;

d) fornecimento de serviços de energia elétrica, de água e/ou esgoto, de telecomunicações e de outros serviços assemelhados em nome do prestador ou seu representante.

§ 2º Verificado as condições, do parágrafo anterior, o imposto é devido ao município de Paranaguá.

Seção V

Sujeito Passivo

Art. 7º Sujeito passivo do imposto é o contribuinte ou o responsável, na forma prevista nesta Lei.

Seção VI Contribuinte

Art. 8º Contribuinte do imposto é o prestador dos serviços discriminados no parágrafo 5º do artigo 1 desta Lei, seja ele pessoa jurídica ou física, na sua ausência, seu usuário.

§ 1º Considera-se também contribuinte:

I - a sociedade de fato que exercer quaisquer das atividades elencadas na lista de serviços referida no caput;

II - o condomínio que prestar a terceiros os serviços constantes da referida lista de serviços.

§ 2º Não é contribuinte do imposto para efeito desta lei:

I - o que presta serviço em relação de emprego;

II - o trabalhador avulso;

III - o diretor e membro de conselho consultivo ou fiscal de sociedade;

IV - as pessoas autônomas não estabelecidas, prestadoras de serviços de garçom, pedreiro, encanador, eletricista, lavadeira de bordo, engraxates ambulantes, afiadores de utensílios domésticos, afiador de instrumentos musicais, músicos, zelador, faxineiro, cozinheiro, doceira, jardineiro, mordomo, doméstica diarista e demais serviços domésticos;

V - Instituições culturais e associações assistenciais sem fins lucrativos.

Art. 9º Responde solidariamente com o contribuinte ou o responsável pelo recolhimento do imposto e do crédito tributário dele decorrente:

I - o proprietário da obra e/ou o contratante dos serviços, em relação aos serviços de construção civil que lhes forem prestados;

II - o administrador e/ou empreiteiro, com relação aos serviços prestados mediante subempreitada;

III - o titular do estabelecimento onde se instalarem máquinas, aparelhos ou equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município e relativo à exploração dos mesmos;

IV - os clubes recreativos, danceterias, casas noturnas, boates e congêneres, pelos serviços prestados por grupos musicais, artistas, decoradores, organizadores de festas, buffet

e locação de bens móveis.

§ 1º A solidariedade não comporta benefício de ordem, podendo o pagamento do imposto recair em qualquer dos envolvidos na obrigação tributária.

§ 2º A Administração do Porto de Paranaguá deverá manter controle separado das operações e respectivas cópias das notas fiscais dos habituais prestadores de serviços e usuários de serviços cujos valores forem pagos ou repassados a terceiros.

Art. 10 Os contribuintes e os usuários de serviços, que gozem de imunidade ou de isenção do imposto são obrigados à retenção na fonte do imposto incidente sobre os serviços que lhes forem prestados sem emissão de documentos fiscais, ou sem prova que o prestador de serviços é contribuinte do Município, ou ainda sem prova do seu recolhimento.

§ 1º O imposto retido será recolhido até o 15º dia do mês subsequente, em relação ao mês da prestação do serviço.

§ 2º A não retenção do imposto devido transfere a responsabilidade ao usuário do serviço por seu recolhimento, com os acréscimos legais, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 11 A pessoa física, ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, fundo de comércio, estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço, e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou como firma individual, responde pelos débitos tributários relativo à atividade do estabelecimento, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou serviço;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na mesma atividade ou iniciar outra nos seis meses seguintes, contados da alienação.

Art. 12 A pessoa jurídica que resultar de fusão, sucessão, transformação ou incorporação assume os débitos tributários devidos por seus antecessores.

Parágrafo Único. Aplica-se o disposto no "caput" em caso de extinção de pessoa jurídica quando a exploração da respectiva atividade tiver continuidade por qualquer dos sócios remanescentes, sob a mesma ou outra razão social.

Art. 13 O espólio responde pelo débito do "de cujus" existente até a data da abertura da sucessão. Após a partilha ou adjudicação, o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, na proporção do respectivo quinhão, legado ou meação.

Seção VII

Responsável Por Substituição Tributária

Art. 14 Fica atribuída a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto, quando vinculados ao fato gerador, na condição de contratante, fonte pagadora ou intermediária, e cujo local de prestação do serviço situe-se no Município de Paranaguá:

I - à pessoa jurídica ou física, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos seguintes serviços:

- a) cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;
- b) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos;
- c) demolição;
- d) reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres;
- e) varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;
- f) limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;
- g) decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores;
- h) controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;
- i) florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres;
- j) escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;
- k) limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres;
- l) acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;
- m) guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações;
- ~~n) vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;~~
- n) **Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)**
- ~~o) armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie;~~
- o) **(Excluído pela Lei Complementar XXX). (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)**
- p) serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres, exceto a produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;
- q) fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço;
- r) planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;
- s) transporte de natureza municipal;

II - aos bancos, instituições financeiras, bem assim à Caixa Econômica Federal, inclusive pelo imposto relativo à comissão paga aos agentes lotéricos;

III - aos produtores e promotores de eventos, inclusive diversões públicas;

IV - à concessionária de serviço de telecomunicação, inclusive do imposto relativo aos serviços de valor adicionado prestados por intermédio de linha telefônica;

V - aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta;

VI - ao tomador dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista do artigo 1 desta Lei;

VII - aos tomadores de quaisquer dos serviços constantes da lista prevista no artigo 1 desta Lei, que se utilizarem dos serviços praticados por contribuintes (pessoa física em caráter pessoal) que não se enquadram nas disposições do § 1º do artigo 22 desta Lei.

VIII - aos concessionários, permissionários e autorizatários de serviço público regulado por órgão ou entidade federal, estadual ou municipal.

§ 1º A retenção prevista neste artigo não se aplica quando os serviços forem prestados por profissional autônomo e por sociedades uniprofissionais devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes.

§ 2º As pessoas relacionadas neste artigo são obrigadas declarar a retenção do ISS nos sistemas eletrônicos fornecidos pelo município e apresentar a relação de retenções efetuadas na forma e prazos previstos em Regulamento:

a) do imposto devido pelas pessoas físicas, que deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota determinada sobre a base de cálculo prevista na legislação vigente;

b) do imposto devido pelas pessoas jurídicas, que deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota determinada sobre a base de cálculo prevista na legislação vigente.

§ 3º A responsabilidade pelo pagamento do imposto prevista neste artigo é inerente a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por isenção ou imunidade tributária.

§ 4º A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada em documento fiscal emitido pelo prestador do serviço.

§ 5º Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime, disponibilizando-o para a fiscalização no prazo e na forma definida em regulamento.

§ 6º O regime de retenção do ISS adotado pelo Município não exclui a responsabilidade

supletiva do prestador do serviço pelo cumprimento total ou parcial da obrigação tributária respectiva, nas hipóteses de não-retenção ou de retenção a menor do imposto devido, inclusive no que se refere às multas e aos acréscimos legais.

§ 7º Nas hipóteses de reajustamento ou atualização do preço do serviço ou de prestação de contas com atraso, a retenção terá por base o valor reajustado ou atualizado.

§ 8º As fontes pagadoras, ao efetuarem a retenção do imposto, deverão repassá-lo aos cofres da Fazenda Pública, até o 15º dia do mês subsequente à data da emissão da Nota Fiscal, através de guia expedida eletronicamente.

§ 9º O não cumprimento do disposto neste artigo sujeitará o contribuinte substituto ao recolhimento do imposto atualizado monetariamente, desde a ocorrência do fato gerador, acrescido dos juros de mora e das multas previstas na legislação tributária, inclusive as de caráter moratório e punitivo, sem prejuízo do disposto no § 6º, das medidas de garantia e das demais sanções cabíveis.

§ 10 Na prestação de serviço para contribuinte substituto serão observados na nota fiscal a alíquota aplicada e o valor do imposto a ser retido por substituição tributária.

§ 11 Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, as notas fiscais referentes às prestações sujeitas ao regime de substituição tributária conterão a expressão: "ISS a ser recolhido por substituição tributária".

§ 12 As pessoas jurídicas de direito público e privado e demais entidades despersonalizadas, domiciliadas neste município, que utilizem ou prestem serviços eventualmente ou habitualmente para terceiros de outros municípios, definido o local do estabelecimento prestador, nos termos do Art 6º desta lei, são obrigadas a promover a retenção de imposto na fonte.

§ 13 O imposto retido será recolhido até o 15º dia do mês subsequente à data da emissão da Nota Fiscal, através de guia expedida eletronicamente.

§ 14 A falta de retenção na fonte do imposto devido implica a obrigação solidária do usuário por seu recolhimento.

Seção VIII

Responsáveis Por Transferência

Art. 15 São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido e não retido, os órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

Seção IX

Retenção do Imposto na Fonte

Art. 16 Estão sujeitos à retenção do imposto na fonte os serviços prestados aos órgãos da administração pública da União, do Estado e do Município, inclusive suas autarquias e fundações.

Parágrafo Único. Os valores descontados na forma deste artigo serão deduzidos pelos prestadores dos serviços no momento da apuração do imposto.

Art. 17 As entidades mencionadas no artigo anterior deverão fornecer, em duas vias, aos prestadores dos serviços o Comprovante de Retenção do Imposto, em modelo aprovado pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. O comprovante de que trata este artigo deverá ser fornecido ao prestador no momento do pagamento do serviço.

Seção X

Base de Cálculo

Art. 18 A base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é o preço do serviço.

§ 1º Não se deduz despesas e custos agregados, nem bens e serviços, necessários à produção do serviço da base de cálculo do imposto.

§ 2º Quando os serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, forem prestados no território de mais de um município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão ou ao número desses bens, existentes em cada município (subitem 3.04 do artigo 1 desta Lei).

§ 3º Na prestação dos serviços de exploração de rodovia (item 22 do artigo 1 desta Lei) o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do município, ou da metade da extensão de ponte que una dois municípios.

§ 4º Para efeitos do disposto no parágrafo anterior, considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos eqüidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Art. 19 Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços na prestação dos serviços de:

a) execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos;

b) reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres;

II - o valor das subempreitadas já tributadas pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando da prestação dos serviços discriminados nas alíneas "a" e "b" do inciso anterior;

III - Valores das passagens e diárias de hospedagem terceirizada, vinculados aos programas de viagens e excursões da própria agência, desde que devidamente comprovado, na hipótese do subitem 9.02 do artigo 1 desta lei.

IV - as despesas, salários e encargos sociais no agenciamento, recrutamento, seleção e colocação de mão-de-obra temporária, na hipótese do subitem 17.04 do artigo 1 desta lei, neste caso o imposto incide sobre a taxa de administração do serviço de intermediação.

V - A locação pura e simples de bens móveis ou imóveis, desde que exista o devido contrato que reze que o bem fique sob total domínio e guarda do locatário, até a data de devolução do bem.

§ 1º Para o efeito do inciso I deste artigo, a dedução do valor dos materiais, não considerados insumos, e as mercadorias produzidas fora do local da obra pelo prestador ficam condicionadas à comprovação por meio das notas fiscais, emitidas pelo prestador ao tomador de serviço comprovando a mercancia, com a indicação do endereço da obra e a data da emissão do documento fiscal deve se referir ao mesmo período da execução da obra.

§ 2º Não se considera locação pura e simples de bens móveis ou imóveis, para efeito desta lei, a locação do bem seguida de qualquer exploração ou interferência do locador, como: exploração de espaços quaisquer, no caso de bens imóveis locados; ou instalação, operação, manuseio, suporte técnico ou qualquer outra intervenção operacional realizada sobre os bens móveis locados.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, desconfigurada a locação pura e simples de bens móveis e imóveis, a atividade desenvolvida nesta situação é passível da incidência do ISS.

§ 4º As operações de locação pura e simples de bens móveis ou imóveis não dispensam as obrigações acessórias tributárias.

~~§ 5º Nos serviços de planos de saúde de que tratam os subitens 4.22 e 4.23 do artigo 1 desta Lei, a base de cálculo será a diferença entre os valores cobrados dos usuários e os valores pagos, em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios, casas de saúde, bancos de sangue, médicos, odontólogos e demais profissionais de saúde.~~

§ 5º Nos serviços de planos de saúde de que tratam os subitens 4.22 e 4.23 do artigo 1 desta Lei, a base de cálculo será a diferença entre os valores cobrados dos usuários e os valores pagos, em decorrência dos atos cooperados. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

Art. 20 Considera-se preço de serviço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, recebido ou não, em consequência da sua prestação, a ele se incorporando os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.

§ 1º Na falta deste preço, ou não sendo ele conhecido, o mesmo será fixado mediante estimativa ou por meio de arbitramento, que reflita o preço do serviço corrente na praça, cobrado dos usuários ou contratante.

§ 2º A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica a inclusão, em sua base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.

§ 3º Está sujeito ainda ao imposto o fornecimento de mercadorias ou materiais na prestação de serviços, salvo as exceções previstas em lei.

§ 4º Integra a base de cálculo do imposto o valor correspondente ao desconto ou abatimento concedido sob condições, como tal entendida a que subordinar a sua efetivação a eventos futuros ou incertos.

§ 5º O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque, nos documentos fiscais, mera indicação para fins de controle e esclarecimento ao usuário do serviço.

§ 6º O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo.

Art. 21 Nos contratos de construção civil regulados conforme a Lei Federal nº 4.591/64, compromissadas ou efetivadas as vendas de frações ideais de terreno e de construção das acessões antes do "Habite-se" entre o incorporador que acumule essa qualidade com a de construtor, por esta atividade, seja realizada sob a forma de empreitada ou de administração da obra e os adquirentes, objetivando a vinculação de tais frações a unidades autônomas, em edificações a serem construídas ou em construção, ou que meramente aceite propostas para efetivação de tais transações, coordenando e levando o termo a incorporação e responsabilizando-se, conforme o caso, pela entrega da obra concluída, com prazo, preço e determinadas condições previamente acertadas, a base de cálculo será o preço das quotas de construção, deduzido, proporcionalmente, o valor de custo dos materiais incorporados na

construção.

§ 1º Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamento de bens, serviços ou direitos adquiridos, inclusive terrenos.

§ 2º Quando não forem especificados nos contratos os preços das frações ideais do terreno e das quotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Art. 22 Na hipótese de prestação de serviços por pessoas jurídicas, ou a elas equiparadas, em mais de uma atividade prevista na lista de serviços do artigo 1, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas previstas em lei.

Parágrafo Único. O contribuinte deverá manter escrituração que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena do imposto ser calculado na forma mais onerosa, mediante aplicação para os diversos serviços da alíquota mais elevada.

Seção XI

Profissionais Autônomos e Sociedades de Profissionais

Art. 23 Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será devido de acordo com o valor previsto anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais, tantas vezes quantas forem às atividades exercidas.

§ 1º Considera-se a prestação de serviço pelo próprio contribuinte o fornecimento do trabalho em caráter pessoal, que não tenha a seu serviço, mais que 02 (dois) empregados ou que não possua empregado da mesma habilitação que a sua.

§ 2º O não enquadramento no disposto no parágrafo anterior acarretará ao contribuinte o pagamento do imposto de forma fixa mensal a partir de uma base de cálculo estimada.

§ 3º A lei complementar que determinar o valor do imposto devido pelos contribuintes de que trata o caput deste artigo deverá levar em consideração, para tanto, os seguintes critérios:

I - grau de qualificação do profissional, ou seja:

- a) com graduação superior;
- b) com graduação técnica (ensino médio);
- c) não-qualificado;

II - periodicidade anual.

§ 4º O imposto a que se refere este artigo será calculado proporcionalmente aos meses, considerado mês qualquer fração deste, a partir da inscrição no cadastro de contribuinte.

§ 5º A solicitação de enquadramento deverá ser protocolada no prazo estabelecido pelo regulamento.

§ 6º A alteração do lançamento proceder-se-á a partir do despacho fundamentado da autoridade competente.

Art. 24 Os profissionais que constituírem sociedade para o exercício de medicina, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, odontologia, psicologia, medicina veterinária, advocacia, engenharia, arquitetura, contabilidade, economia e agronomia recolherão o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza de forma fixa, calculado mediante a multiplicação da importância prevista anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais, pelo número de profissionais autônomos, desde que:

I - os serviços caracterizem-se como trabalho pessoal do profissional habilitado, sócio, empregado ou não, e não como trabalho da própria sociedade;

II - todos os sócios possuam a mesma habilitação profissional;

III - não tenham como sócio pessoa jurídica;

IV - não exerçam atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;

V - não tenham natureza comercial ou empresarial;

VI - não sejam sócios de outras sociedades.

§ 1º As sociedades que não se enquadram nas disposições do parágrafo anterior deverão pagar o imposto tendo como base de cálculo o total das receitas auferidas no mês de referência e conforme a alíquota que corresponder ao serviço prestado.

§ 2º Para o cômputo, no cálculo mensal do imposto, do número de profissionais habilitados que, sem participação no quadro societário e sem vínculo empregatício, prestem serviços em nome da sociedade, considerar-se-á todo aquele que tiver prestado serviços no mês de competência.

Seção XII

Alíquotas

Art. 25 As alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza obedecerão aos seguintes limites:

I - alíquota mínima: 2% (dois por cento);

II - alíquota máxima; 5% (cinco por cento).

~~§ 1º A especificação das alíquotas aplicáveis à base de cálculo de cada um dos itens e subitens da lista de serviços discriminada no artigo 1 desta Lei será feita anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.~~

§ 1º A especificação das alíquotas aplicáveis à base de cálculo de cada um dos itens e subitens da lista de serviços discriminada no artigo 1 desta Lei será feita em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 208/2017)

§ 2º Observadas as normas estatuídas na presente lei e demais disposições da legislação vigente, o sujeito passivo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza fica obrigado a calcular o valor do imposto aplicando, sobre a base de cálculo, apurada em conformidade com o disposto neste capítulo, a alíquota prevista na forma do parágrafo anterior, recolhendo-o em conformidade com os ditames estabelecidos pela legislação tributária municipal.

Seção XII Apuração do Imposto

Art. 26 O imposto será apurado:

I - mensalmente, pelo próprio sujeito passivo, quando proporcional à receita bruta;

II - de ofício, quando fixo ou devido por estimativa fiscal.

Seção XIII Lançamento Por Estimativa

Art. 27 O valor do imposto poderá ser fixado pela autoridade fiscal a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;

II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades autorizem, a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

IV - quando a prestação de serviço não se enquadrar sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, consideram-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser pago antecipadamente, não podendo o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento desse tributo, sob pena de interdição do local, independentemente de qualquer formalidade.

§ 3º A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:

- a) o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
- b) o preço corrente dos serviços;
- c) o volume de receitas em períodos anteriores e a sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
- d) a localização do estabelecimento;
- e) o valor dos materiais de uso e consumo empregados na prestação de serviços e outras despesas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia e assemelhados.

§ 4º A fixação da estimativa ou sua revisão, quando por ato do titular da repartição incumbido do lançamento do tributo, será feita mediante processo regular em que constem os elementos que fundamentam a apuração do valor da base de cálculo estimada, com a assinatura e sob responsabilidade do referido titular.

§ 5º Quando a estimativa tiver fundamento no inciso III deste artigo, o contribuinte poderá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.

§ 6º A opção prevista no parágrafo anterior será manifestada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ato normativo ou da ciência do despacho que estabeleça a inclusão do contribuinte no regime de estimativa, sob pena de preclusão.

§ 7º O contribuinte optante ficará sujeito às legislações aplicáveis aos contribuintes em geral.

§ 8º O regime de estimativa de que trata este artigo, à falta de opção, valerá pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, sucessivamente, caso haja manifestação da autoridade.

§ 9º Os valores fixados por estimativa constituirão lançamento definitivo do imposto, ressalvado o que dispõe o parágrafo subsequente.

§ 10 A Fazenda Pública poderá, a qualquer tempo e mediante despacho fundamentado:

- a) rever os valores estimados, mesmo no curso do período considerado;
- b) cancelar a aplicação do regime, de forma geral, parcial ou individual.

§ 11 O despacho da autoridade que modificar ou cancelar, de ofício, o regime de estimativa, produzirá efeitos a partir da data em que for dada ciência ao contribuinte, relativamente às operações ocorridas após o referido despacho, salvo em caso de constatação de dolo, fraude ou simulação por parte deste quando da apresentação ao Fisco dos documentos e informações que consubstanciaram a adoção do referido regime.

Seção XIV Lançamento Por Arbitramento

Art. 28 O valor do imposto será lançado a partir de uma base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:

I - não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exhibir, os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

II - serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não merecerem fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo;

III - existência de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos fiscais do sujeito passivo ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

IV - não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos;

V - exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

VI - prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VII - flagrante insuficiência do imposto recolhido, face ao volume dos serviços prestados;

VIII - serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia;

IX - na falta da documentação fiscal hábil devidamente escriturada e formalizada, correspondente à execução de obra de construção civil sob responsabilidade de pessoa jurídica ou física, a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá ser apurada por aferição indireta, com base na área construída e o padrão da obra, calculado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, de acordo com a Norma Técnica nº 12.721/93 e a Emenda nº 1 de 1999, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), utilizado para avaliação dos custos de construção das edificações, publicado mensalmente.

X - provada, por indícios na escrituração do contribuinte ou qualquer outro elemento de prova, a omissão de receita.

§ 1º O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa ou a manutenção no passivo de obrigações já pagas autoriza a presunção de omissão no registro de receita, salvo prova em contrário.

§ 2º O arbitramento referir-se-á, exclusivamente, aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

Art. 29 Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o arbitramento será fixado por despacho da autoridade fiscal competente, que considerará, dentre outros, os seguintes elementos:

I - o movimento econômico feito em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam atividade semelhante, ou do próprio contribuinte em períodos anteriores ou posteriores;

II - os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor à época da apuração, caso em que a autoridade fiscal colherá os elementos necessários à aferição da receita bruta a ser arbitrada junto às empresas com a mesma atividade e capacidade econômica, considerando, para isso, as alíneas do inciso subsequente;

III - as condições próprias do contribuinte, além dos elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

- a) valor das matérias-primas e outros materiais consumidos;
- b) as despesas fixas e variáveis;
- c) aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados, ou quando próprios;

IV - na constatação, pela Fazenda Pública, de nota fiscal de prestação de serviços da mesma série e número, mas com valores diversos entre as vias, o imposto será arbitrado

obedecendo-se à média aritmética dos preços nelas constantes para as demais notas fiscais extraídas do talão;

V - constatada pela Fazenda Pública a emissão de qualquer documento paralelo à nota fiscal de prestação de serviços, far-se-á o arbitramento pela média aritmética dos valores dos documentos apreendidos, multiplicando-se pelo maior número seqüencial destes;

VI - constatada omissão de receita, nos termos estabelecidos no inciso X do artigo anterior, a autoridade tributária poderá arbitrá-la com base no valor dos recursos de caixa fornecidos ao contribuinte por administradores, sócios de sociedade não-anônima, titular da empresa individual, ou pelo acionista controlador da companhia, se a efetividade da entrega e a origem dos recursos não forem comprovadamente demonstradas.

§ 1º Para a hipótese de arbitramento da base de cálculo do imposto, prevista no inciso IX do artigo anterior, aplicam-se, no que couber, os seguintes critérios:

a) não sendo possível comprovar o mês de conclusão da obra, a juízo da autoridade administrativa, este será o do início do processo de Habite-se no Órgão Mobiliário da Secretaria Municipal da Fazenda e será utilizado o Custo Unitário Básico - CUB, apurado pelo SINDUSCON no mês imediatamente anterior;

b) a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será arbitrada em 40% (quarenta por cento) do custo total da obra, obtido do produto da área global pelo custo unitário básico (CUB), sempre que ocorrer a hipótese do inciso IX do artigo anterior.

§ 2º Na hipótese do inciso V do artigo anterior, quando realizado o arbitramento, será utilizada a inscrição simbólica.

§ 3º Serão deduzidos do imposto resultante do arbitramento os pagamentos realizados no período.

§ 4º O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multas sobre o valor do imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento das obrigações principais e acessórias que lhes sirvam de pressupostos.

Art. 30 O arbitramento da receita tributável deverá ser feito mediante auto de infração, assegurada à ampla defesa, nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional.

Seção XV Recolhimento

Art. 31 Os atos praticados pelo sujeito passivo, para efeito de apuração e pagamento do imposto, deverão estar em consonância com o ordenamento jurídico-tributário, relativamente às obrigações principal e acessória, sendo de sua exclusiva responsabilidades qualquer ação

ou omissão que constitua infração aos dispositivos legais, inclusive quanto àquelas praticadas por prepostos seus.

§ 1º O contribuinte que exercer atividade tributável pelo preço do serviço, ainda que submetido ao regime de pagamento do imposto por estimativa, deverá escriturar mensalmente todas as operações realizadas, em livro fiscal próprio, conforme o disposto em regulamento.

§ 2º O mês de competência para apuração da base de cálculo será o da ocorrência do fato gerador, ressalvadas as disposições especiais constantes em regulamento, ou de outro ato específico.

§ 3º No interesse da arrecadação e da administração fazendária, o Poder Executivo poderá, através do regime de substituição tributária, adotar outra forma de recolhimento, determinando que se faça antecipadamente, bem como baixar atos necessários à sua regulamentação.

Art. 32 O imposto será recolhido até o 15º dia do mês subsequente à data da emissão da Nota Fiscal:

I - por meio de guia eletrônica preenchida pelo próprio contribuinte, de acordo com modelo, na forma e prazos estabelecidos em regulamento;

II - por meio de notificação de lançamento, emitida pela repartição competente;

III - por guia eletrônica específica, quando retido, sob a inscrição de quem efetuar a retenção.

Art. 33 Consideram-se contribuintes distintos, para efeito do lançamento e cobrança do imposto:

I - os que, embora do mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo Único. Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art. 34 Verificado recolhimento a menor do devido, o contribuinte recolherá a diferença com todos os acréscimos legais, sem prejuízo das penalidades cabíveis, quando for o caso.

Art. 35 A reclamação do contribuinte contra o recolhimento do imposto só será considerada quando acompanhada do respectivo recibo devidamente autenticado.

Seção XVI

Inscrição

Art. 36 O contribuinte do imposto e aquele que goze de imunidade ou isenção promoverão sua inscrição na repartição fiscal, independentemente de sua natureza jurídica ou condição profissional:

I - até a data do início de sua atividade;

II - quando já em funcionamento, até o quinto dia útil após a expedição da notificação pelo órgão municipal competente sob pena de inscrição de ofício e das penalidades cabíveis.

Art. 37 O cadastro será atualizado em até trinta dias sempre que ocorrer qualquer alteração ou modificação societária, encerramento de atividade, troca de endereço ou mudança de ramo de atividade.

Art. 38 A inscrição será efetuada em formulário próprio para cada estabelecimento ou local de atividade, exceto ambulante que será inscrito em cadastro único.

Art. 39 Cada estabelecimento terá sua inscrição municipal individual, considerando-se como unidade autônoma para fins fiscais e tributários.

Parágrafo Único. O contribuinte poderá solicitar mais de uma inscrição municipal, com o mesmo CNPJ, pagando os devidos tributos, desde que este CNPJ tenha endereço o município de Paranaguá.

Art. 40 O número de cadastro do contribuinte será seqüencial e permanente, devendo o mesmo constar em todos os papéis e documentos do contribuinte.

Art. 41 A inscrição condiciona-se à inexistência de pendências fiscais e/ou tributárias do interessado com a Fazenda Municipal.

Art. 42 O contribuinte que não recolher imposto ou taxas por dois anos consecutivos e não for encontrado em seu domicílio tributário poderá ter sua inscrição e cadastro transferido para arquivo pendente.

Parágrafo Único. A cessação, paralisação ou baixa das atividades do contribuinte não implica na extinção dos débitos existentes, gerados ou dos que venham a ser apurados posteriormente.

Art. 43 O cumprimento dos termos da notificação ou do auto de infração não exime o contribuinte das penalidades previstas nesta Lei.

Seção XVII

Penalidades

Art. 44 O contribuinte que deixar de cumprir as obrigações tributárias estabelecidas nesta lei fica sujeito regime especial de fiscalização e/ou à multa, onde as multas têm caráter moratório e punitivo.

I - Falta de recolhimento:

a) multa moratória equivalente a trinta e três centésimos por cento (0,33%) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor não pago ou pago a menor.

b) multa moratória equivalente a sessenta e seis centésimos por cento (0,66%) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor devido aos que, obrigados à retenção de tributo, deixarem de efetuá-la.

c) multa moratória equivalente a um inteiro e sessenta e seis centésimos por cento (1,66%) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor devido aos que efetuarem retenção de tributo e deixarem de recolher o valor retido no prazo estabelecido.

d) quando o recolhimento decorrer de ação fiscal, multa punitiva de trinta por cento (30%) sobre o valor corrigido do imposto devido pelos prestadores.

e) no caso de recolhimento de imposto retido na fonte fora do prazo fixado nesta lei, sem ação fiscal, multa punitiva de trinta e cinco por cento (35%) sobre o valor corrigido do imposto devido, se o recolhimento, neste caso, decorrer através de ação fiscal multa punitiva de quarenta por cento (40%) sobre o valor corrigido do imposto devido pelos tomadores.

II - Não cumprimento das obrigações acessórias:

a) não se inscrever no cadastro de prestadores de serviço no prazo previsto nesta Lei, multa de cento e vinte e cinco Unidades Fiscais do Município - UFM's; após ação fiscal, multa em dobro;

b) falta de comunicação de quaisquer outras modificações que impliquem alteração do cadastro fiscal, multa de cento e vinte e cinco Unidades Fiscais do Município - UFM's por infração;

c) falta de livros e documentos fiscais; notas fiscais adulteradas; documentos fiscais com irregularidades e omissão de dados que importem em redução da receita bruta, multa de cem por cento do valor do imposto e nunca inferior a cinquenta Unidades Fiscais do Município - UFM's por infração;

d) deixar de apresentar, através de notificação, um dos seguintes documentos: guias, livros, balanços, notas fiscais, ou qualquer outro documento fiscal que comprove receitas tributáveis; omitir informações ou criar embaraços; recusar ou sonegar documentos, multa de quinhentas e vinte e cinco Unidades Fiscais do Município - UFM's por infração;

e) impressão de documentos fiscais sem a devida autorização, multa de duzentas Unidades Fiscais do Município - UFM's para cada documento impresso, que também será aplicada ao autor da impressão;

f) impressão de documentos fiscais em duplicata, multa de cem Unidades Fiscais do

Município - UFM's para cada documento além do recolhimento do imposto devido, sem prejuízo da ação penal cabível ao contribuinte, aplicando-se a mesma penalidade para a gráfica que confeccionar o documento, além da sua interdição temporária ou definitiva;

g) desenvolver processo eletrônico ou de processamento de dados que envolva redução, omissão ou fraude no recolhimento do imposto, multa de cem Unidades Fiscais do Município - UFM's por dia, a contar da data da implantação do sistema, aplicando-se a mesma penalidade para o autor do processo, sem prejuízo da cobrança do tributo e da ação penal cabível contra os responsáveis;

h) destruir ou facilitar o extravio e/ou furto de documentos fiscais, multa de cem Unidades Fiscais do Município - UFM's para cada documento, sem prejuízo da ação penal cabível contra os responsáveis;

i) deixar de atender solicitação da Fazenda Municipal no prazo fixado em notificação ou termo de início de fiscalização, multa de cinquenta Unidades Fiscais do Município - UFM's por dia de atraso

j) deixar de escriturar as notas fiscais no sistema eletrônico fornecido pelo município como prestador ou tomador, multa de trinta Unidades Fiscais do Município - UFM's por nota não escriturada.

k) deixar de regularizar as inconsistências geradas pelo sistema eletrônico fornecido pelo município, multa de vinte Unidades Fiscais do Município - UFM's por inconsistência não regularizada.

l) deixar de encerrar movimento econômico mensal nas escriturações no sistema eletrônico fornecido pelo município, multa de trinta Unidades Fiscais do Município - UFM's por movimento não encerrado.

m) deixar de apresentar a fazenda os livros fiscais exigidos para averbação, na forma dos regulamentos, através sistema eletrônico fornecido pelo município, multa de duzentas Unidades Fiscais do Município - UFM's por livro não apresentado.

n) escriturar operações tributáveis como isentas, imunes ou não-tributáveis, multa de vinte Unidades Fiscais do Município - UFM's por nota escriturada.

o) preencher documentos fiscais com rasuras ou de forma ilegível, multa de vinte Unidades Fiscais do Município - UFM's por documento.

p) substituir as vias das notas fiscais, em relação às suas respectivas destinações, multa de trinta Unidades Fiscais do Município - UFM's por nota.

q) emitir documento fiscal com prazo de validade vencido, multa de vinte Unidades Fiscais do Município - UFM's por nota emitida.

r) não manter os documentos fiscais no endereço indicado na nota fiscal e em boa guarda, pelo período legal e na forma prevista na legislação e no regulamento, multa de quinhentas Unidades Fiscais do Município - UFM's por infração

§ 1º Entende-se por ação fiscal os procedimentos tomados inicialmente, na busca pelo crédito tributário, pelos agentes fiscais tributários, como: emissão do termo de início de ação fiscal - TIAF, notificações e autos de infrações ou outro documento qualquer.

§ 2º A responsabilidade por infração será excluída pela denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e seus acréscimos, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do imposto depender de apuração.

§ 3º O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

§ 4º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

§ 5º A declaração de débito prestada nos sistemas informatizados, constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos que não tenham sido recolhidos resultantes das informações nela prestadas.

§ 6º O regime especial de fiscalização:

I - o regime especial de fiscalização consiste na inobservância, pelo infrator, de quaisquer deveres acessórios exigidos com fundamento em lei ou em atos administrativos;

II - cessa o regime de fiscalização especial quando o infrator regularizar sua situação perante a Fazenda Municipal, assim reconhecida por ato administrativo.

§ 7º As mesmas penalidades previstas neste artigo também se aplicam aos que gozem de imunidade, isenção e/ou não incidência.

§ 8º A multa acessória poderá ser aplicada tendo por base as inobservâncias legais apontadas pelo sistema de escrituração informatizado, fornecido pelo município, nos casos onde não necessitem de homologação fiscal.

§ 9º As multas acessórias poderão ser entregues pessoalmente, via postal ou por correio eletrônico assinado digitalmente.

§ 10 A cada reincidência as penalidades previstas neste artigo aplicam-se progressivamente em dobro.

Seção XVIII

Controle e Fiscalização do Imposto

Art. 45 Compete exclusivamente ao Departamento de Divisão de Fiscalização Tributária - órgão fazendário do Município, a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Parágrafo Único. À fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos Fiscais da Receita Tributária, nomeados de agentes do fisco.

Art. 46 Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão

requisitar o auxílio da força pública estadual sempre que forem vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 47 No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo Único. No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço a ação fiscal.

Art. 48 É considerado infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 49 É considerado prestação de serviço tributável não registrada, quando se constatar:

I - suprimimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III - a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil, quando existente esta;

V - a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI - pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim com a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

Parágrafo Único. Não produzirá os efeitos à escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exibir seus livros e documentos para exame.

TÍTULO II DAS TAXAS

CAPÍTULO I TAXAS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DO PODER DE POLÍCIA

Seção I Disposições Gerais

Art. 50 Considera-se poder de polícia o exercício da atividade da administração municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática ou abstenção de ato, em razão de interesse público, concernente à segurança, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas, dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou o respeito à propriedade e ao direito individual ou coletivo no território do Município.

Art. 51 A taxa decorrente do exercício do poder de polícia do Município classifica-se em:

I - licença para localização e funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria, cooperativas, prestação de serviços, atividades sociais, esportivas e/ou religiosas e congêneres ou sua renovação.

II - licença para comércio eventual ou ambulante;

III - licença para execução de obras em geral;

IV - licença para publicidade e propaganda;

V - licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos.

VI - taxa de vigilância sanitária

VII - taxa de anuência prévia (TAP);

VIII - taxa de fiscalização de regular funcionamento e de localização de atividades econômicas;

IX - fiscalização de trânsito;

X - fiscalização de transportes de passageiros;

XI - apreensão e depósitos de coisas ou animais;

XII - inspeção para produtos de origem animal.

§ 1º A licença inicial será lançada proporcionalmente ao número de meses a que se referir no período de um ano;

§ 2º A taxa de fiscalização de regular funcionamento e de localização de atividades econômicas será expedida anualmente, para o exercício fiscal correspondente.

§ 3º Nos casos de licença inicial não será cobrada a taxa de fiscalização de regular funcionamento e de localização de atividades econômicas.

Art. 52 É contribuinte da taxa do exercício do poder de polícia o beneficiário da outorga, pessoa física ou jurídica.

§ 1º O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente.

~~§ 2º São isentos do recolhimento das taxas as pessoas físicas sem estabelecimento próprio, que exerçam sua atividade na própria residência, sem acesso do público.~~

~~§ 2º São isentos do recolhimento das taxas:~~

~~I - pessoas físicas sem estabelecimento próprio, que exerçam sua atividade na própria residência, sem acesso do público;~~

~~II - órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal;~~

~~III - entidades de assistência social, sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública, que não recebam contraprestação por quaisquer serviços prestados;~~

~~IV - associações de apoio às escolas de ensino regular, reconhecidas como de utilidade pública;~~

~~V - associações representativas de moradores ou congêneres, reconhecidas como de~~

~~utilidade pública. (Redação dada pela Lei Complementar nº 118/2010)~~

§ 2º São isentos do recolhimento das taxas:

I - Pessoas físicas sem estabelecimento próprio, que exerçam sua atividade na própria residência, sem acesso do público;

II - Órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal;

III - Entidades de assistência social, sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública, que não recebam contraprestação por quaisquer serviços prestados;

IV - Associações de apoio às escolas de ensino regular, reconhecidas como de utilidade pública;

V - Associações representativas de moradores ou congêneres, reconhecidas como de utilidade pública.

VI - Templos de qualquer culto, reconhecidos como de utilidade pública". (Redação dada pela Lei Complementar nº 324/2025)

CAPÍTULO II

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO OU SUA RENOVAÇÃO

Seção I

Incidência e Fato Gerador

Art. 53 Todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço, agropecuário, cooperativo e demais atividades, urbanas ou rurais, independente da sua natureza jurídica, não pode se estabelecer no Município sem prévia licença e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de autorização do poder público, à tranquilidade pública ou o respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, assim como para garantir o cumprimento da legislação urbanística e ambiental.

§ 1º A taxa será recolhida no ato da vistoria, independente de ser ou não expedida a licença inicial para localização e funcionamento.

§ 2º A licença para localização só será outorgada após verificar o zoneamento urbano do município e o grau de risco da atividade, considerando o tipo de atividade constante da solicitação e o local onde o interessado pretenda exercer a atividade.

§ 3º O Alvará de Licença deverá permanecer afixado em local visível e de fácil acesso do

fisco municipal.

§ 4º Toda licença será outorgada a título precário, ficando sujeita à fiscalização do regular funcionamento.

§ 5º O exercício de profissão regulamentada e fiscalizada pela União, Estado e/ou órgão de classe não terá dispensa do recolhimento da taxa.

§ 6º Considera-se contribuinte distinto para efeito de outorga da licença e cobrança da taxa:

I - os que, embora tenham o mesmo vínculo jurídico e ramo de atividade, a exerçam em locais distintos ou diversos;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntica atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

III - O contribuinte poderá solicitar mais de uma inscrição municipal com o mesmo CNPJ, pagando os devidos tributos, desde que este CNPJ tenha endereço o Município de Paranaguá.

§ 7º Os serviços prestados ou posto a disposição e as atividades de vendas desenvolvidas, ambos em estabelecimentos de terceiros, deverão possuir inscrição municipal e pagar os devidos tributos, como: terminais eletrônicos bancários, serviços e vendas de telefones celulares, serviços e vendas de televisão via satélite, serviços e vendas de provedores de internet e outras atividades não especificadas.

§ 8º As torres de transmissão de serviços de telefonia, de rádio e de televisão deverão possuir inscrição municipal e pagar os devidos tributos na forma definida no regulamento e na Lei Complementar.

§ 9º A instalação e o funcionamento de atividades não residenciais nas edificações em desacordo com a legislação, no que diz respeito à aprovação do projeto de construção e Habite-se, nos termos da legislação em vigor no âmbito do Município de Paranaguá, dar-se-á mediante Alvará de Localização e Funcionamento Condicionado, ora instituído, que tem caráter transitório e terá validade por 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, contados da data de concessão.

§ 10 O Alvará de Localização e Funcionamento Condicionado perderá sua eficácia, nas seguintes hipóteses:

I - invalidação, nos casos de falsidade ou erro das informações, bem como da ausência dos requisitos que fundamentaram a concessão da licença;

II - cassação, nos casos de:

- a) descumprimento das obrigações impostas por lei ou quando da expedição da licença;
- b) se as informações, documentos ou atos que tenham servido de fundamento à licença vierem a perder sua eficácia, em razão de alterações físicas, de utilização, de incomodidade ou de instalação, ocorridas no imóvel em relação às condições anteriores, aceitas pela Prefeitura;
- c) desvirtuamento do uso licenciado;
- d) ausência de comunicação à Administração Municipal das alterações das instalações, da área ocupada, modificação de uso;
- e) desrespeito às normas de proteção às crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência;
- f) prática de racismo ou qualquer discriminação atentatória aos direitos e garantias fundamentais;
- g) permissão da prática, facilitação, incentivo ou prática de apologia, mediação da exploração sexual, do trabalho forçado ou análogo à escravidão, do comércio de substâncias tóxicas, da exploração de jogo de azar; ou
- h) outras hipóteses definidas em lei específica;

III - caducidade, por decurso do prazo de validade indicado no Alvará de Localização e Funcionamento Condicionado.

§ 11 A transformação do Alvará de localização e funcionamento Condicionado em Alvará de localização e Funcionamento Permanente, se dará mediante apresentação do Habite-se da edificação e cumprimento das demais exigências legais previstas para a atividade ou empreendimento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 178/2015)

Art. 54 A licença só será concedida com apresentação das vistorias exigidas para a atividade através do seu código CNAE, definidos em regulamento, que apontará o seu grau de risco.

~~I - quando o grau de risco da atividade for considerado baixo - Grau de Risco 3 (GR3), conforme definido em regulamento, será emitido a licença para localização e funcionamento de estabelecimento provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, mediante o recolhimento da respectiva taxa; (Revogado pela Lei Complementar nº 220/2018)~~

~~II - quando o grau de risco da atividade for considerado médio - Grau de Risco 2 (GR2), conforme definido em regulamento, será emitido a licença para localização e funcionamento de estabelecimento provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, mediante o recolhimento da respectiva taxa;~~

II - quando o grau de risco da atividade for considerado baixo - Grau de Risco 3 (GR3) - ou médio - Grau de Risco 2 (GR2), conforme definido em regulamento, será emitido a licença para localização e funcionamento de estabelecimento provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, mediante o recolhimento da respectiva taxa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 220/2018)

III - sendo o grau de risco da atividade considerado alto - Grau de Risco 1 (GR1), a

licença para localização e funcionamento de estabelecimento será concedida após a vistoria inicial das instalações consubstanciadas na licença, decorrentes das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas suas zonas urbana e rural, mediante o recolhimento da respectiva taxa.

~~§ 1º Na hipótese do inciso I e II do caput deste artigo, deverão ser respeitadas as condições abaixo especificadas:~~

§ 1º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, deverão ser respeitadas as condições abaixo especificadas: (Redação dada pela Lei Complementar nº 220/2018)

I - a licença para localização e funcionamento de estabelecimento provisório será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio, vigentes no município;

II - a emissão da licença para localização e funcionamento de estabelecimento provisório dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade, conforme modelo regulamentado, por parte do responsável legal pela atividade, pelo qual este firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar, no prazo indicado, os requisitos de que trata o inciso anterior;

~~III - a transformação da licença para localização e funcionamento de estabelecimento provisório em licença para localização e funcionamento de estabelecimento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou de exigências no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias nos casos de GR3 e de 90 (noventa) dias nos casos de GR2.~~

III - a transformação da licença para localização e funcionamento de estabelecimento provisório em licença para localização e funcionamento de estabelecimento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitidas pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou de exigências no prazo máximo de 90 (noventa) dias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 220/2018)

§ 2º Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte e do microempreendedor individual, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgãos do Município, no âmbito de suas competências, na forma do regulamento.

Art. 55 A taxa de licença para localização e funcionamento ou sua renovação tem como fato gerador a outorga da licença para o exercício da atividade.

Art. 56 ~~A outorga da licença terá validade indeterminada, ficando sujeita à fiscalização.~~

Art. 56 A outorga da licença terá validade determinada, ficando sujeita à fiscalização.
(Redação dada pela Lei Complementar nº 220/2018)

§ 1º Deverá ser renovada a licença sempre que ocorrer mudança de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 2º A verificação será feita anualmente, ou quando se julgar necessária, para constatar se o exercício da atividade se mantém nos termos da outorga inicial.

§ 3º Será passível de revogação a licença inicial quando não observado o ramo de atividade previsto, nos requisitos desta Lei e da legislação pertinente.

~~§ 4º A renovação terá redução na taxa de sessenta por cento em seus valores, somente nos casos de modificações no contrato social, nos casos de alterações nas instalações que aumentem a área construída será cobrada taxa complementar considerando este aumento e o que determina o Art. 53, desta lei. (Revogado pela Lei Complementar nº 171/2014)~~

Seção II Inscrição

Art. 57 No ato da inscrição o contribuinte deverá informar à Fazenda Municipal os elementos necessários para sua inscrição no cadastro próprio para sua identificação e qualificação, bem como dos seus responsáveis, na forma do regulamento.

§ 1º Devem ser promovidas tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, independente de se tratar de pessoa física ou jurídica.

§ 2º A inscrição do estabelecimento ou local da atividade deve ser realizada até a data do início do funcionamento.

Art. 58 O interessado, sócio ou responsável, que possua qualquer pendência junto à Fazenda Municipal só terá sua solicitação deferida após sua quitação.

Seção III Base de Cálculo e Lançamento

Art. 59 A Taxa de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço será calculada com base no metro quadrado de área construída.

§ 1º Define-se como área construída toda e qualquer área necessária ao contribuinte para desenvolver suas atividades econômicas, como: salas, cozinhas, corredores, banheiros, quartos, elevadores, áreas de lazer, lavanderias, estacionamentos, áreas de manobra de caminhões e trens, armazéns, áreas para armazenagens de grãos e containeres a céu aberto, silos horizontais e verticais, balanças rodoviárias, correias transportadoras e outros espaços não especificados.

§ 2º Os valores por metro quadrado de área construída, serão definidos anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Art. 60 O lançamento será efetuado com as informações fornecidas pelo contribuinte que serão incluídas no cadastro próprio.

§ 1º O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

- I - alteração da razão social ou do ramo de atividade;
- II - alteração na forma societária;
- III - transferência de local e/ou qualquer mudança nas características do estabelecimento;
- IV - encerramento das atividades (baixa do cadastro).

§ 2º O pedido de licença para localização será feito mediante o preenchimento de formulários próprios de inscrição no cadastro da Prefeitura, com a exibição de documentos exigidos pela Fazenda Pública.

Art. 61 Constatada a existência de estabelecimento sem inscrição o lançamento será arbitrado de ofício, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Seção IV Arrecadação

Art. 62 A taxa será recolhida de uma só vez.

Art. 63 O recolhimento da taxa não implica na outorga pela Administração Municipal da autorização do funcionamento do estabelecimento ou da obrigação de conceder a licença requerida.

Seção V Penalidades

Art. 64 O descumprimento das disposições relativas à taxa implica na imposição das seguintes penalidades:

I - deixar de promover a inscrição no cadastro próprio até a data do início da atividade, multa de cem Unidades Fiscais do Município - UFM's;

II - deixar de comunicar qualquer alteração societária ou atividade, de baixa ou de endereço, multa cento e cinquenta Unidades Fiscais do Município - UFM's;

III - na reincidência, multa em dobro e imediata interdição do estabelecimento sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo Único. É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo, exceto nos casos de não cumprimento dos requisitos previstos no Código de Posturas Municipais, em relação à segurança e a saúde pública.

CAPÍTULO III TAXA DE LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

Seção I Incidência e Fato Gerador

Art. 65 A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante tem como fato gerador a atividade municipal de permissão, vigilância, controle e fiscalização do cumprimento dos requisitos legais a que se submete qualquer pessoa física que exerça o comércio eventual ou ambulante no território do Município.

Art. 66 Considera-se comércio ambulante:

I - o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa - denominado ambulante efetivo;

II - o exercido em instalações removíveis, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, exceto as bancas em feiras livres, desde que definidas, por meio de regulamento, a localização específica e a padronização dos equipamentos - denominado ambulante de ponto móvel.

Art. 67 Para os efeitos de incidência desta taxa, é equiparado ao comércio ambulante o

comércio eventual.

Parágrafo Único. Considera-se comércio eventual o que é exercido individualmente em determinada época do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, sendo definidas por regulamento a localização e a padronização dos equipamentos.

Art. 68 Serão permitidos para o comércio ambulante ou eventual os seguintes produtos:

I - artesanatos;

II - livros, jornais, revistas e outros impressos;

III - frutas, legumes, verduras, ovos, aves, caldo de cana, amendoim, sorvetes, lanches, pipocas, doces e demais guloseimas, desde que a comercialização destes produtos seja efetuada em carrinhos de mão com o tamanho limite de 100 (cem) centímetros por 80 (oitenta) centímetros, cestas, tabuleiros e veículos de tração mecânica.

§ 1º As indústrias de sorvetes serão inscritas para o comércio ambulante de seus produtos somente após levantamento da sua produção e a constatação da real necessidade.

§ 2º A quantidade de vendedores será fixada pelo Executivo por meio de regulamento próprio e sendo priorizadas as pessoas idosas, os aposentados que recebam até um salário mínimo e os portadores de deficiência física comprovada e que não possuam outra fonte de renda para sobrevivência.

Art. 69 São considerados fatos geradores:

I - da Taxa de Licença para o Comércio Ambulante, os serviços de fiscalização do exercício regular da atividade; e

II - da Taxa de Licença para o Comércio Eventual, os serviços de fiscalização de ocupação do solo.

Parágrafo Único. O pagamento da Taxa de Licença para o Comércio Ambulante ou da Taxa de Licença para o Comércio Eventual dispensa a cobrança da taxa de serviços de fiscalização de ocupação de solo.

Art. 70 É obrigatória a inscrição na repartição competente dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

Parágrafo Único. A inscrição será permanentemente atualizada, por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

Art. 71 Respondem pela Taxa de Licença de Comércio Ambulante ou Eventual as

mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que tenham pagado a respectiva taxa.

Seção II Base de Cálculo

Art. 72 A base e a forma de cálculo e os valores da Taxa de Licença para Comércio Ambulante serão estabelecidos anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção III Lançamento e Arrecadação

Art. 73 A taxa será lançada em nome do contribuinte de uma só vez e recolhida no ato da outorga de licença.

Seção IV Contribuinte

Art. 74 É contribuinte da taxa a pessoa física que exerça a prática do comércio eventual ou ambulante, com ou sem a utilização de veículo, ou qualquer outro equipamento sujeito a autorização e licenciamento ou à ação fiscal do Município.

Parágrafo Único. A atividade do comércio eventual ou ambulante será regulamentada por decreto do Executivo Municipal.

Art. 75 Considera-se comércio eventual ou ambulante toda e qualquer atividade exercida em vias e logradouros públicos, em caráter permanente ou temporário.

Art. 76 É vedada a outorga de licença para menores de quatorze anos de idade. Maiores de quatorze e menores de dezoito devem apresentar autorização expressa dos pais, tutor ou curador.

Seção V Inscrição

Art. 77 A inscrição só será feita desde que o interessado atenda às disposições das posturas municipais.

Art. 78 No ato da solicitação da licença o interessado deverá fornecer todas as informações necessárias para sua identificação e inscrição no cadastro próprio, que será anualmente renovada.

Parágrafo Único. Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer as exigências regulamentares será concedido um cartão de habilitação, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa, destinado a basear a cobrança desta.

Seção VI Penalidades

Art. 79 A falta da inscrição do vendedor eventual ou ambulante implica nas seguintes penalidades:

- I - apreensão da mercadoria, equipamento, veículo e outros pertences;
- II - multa de cem Unidades Fiscais do Município - UFM's para cada autuação.

CAPÍTULO IV TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS EM GERAL

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 80 A Taxa de Licença para Execução de Obras é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou qualquer outra obra, desde que ocorra o efetivo exercício do poder de polícia no exame dos respectivos projetos e documentos de aprovação, licenciamento e fiscalização, conforme dispõe a legislação municipal pertinente.

Parágrafo Único. A taxa incide, ainda, sobre qualquer ato administrativo ou serviço prestado pelo Município, relacionado com a execução de obras, tais como, parcelamento do uso do solo, Análise Prévia dos Projetos e o Visto de Conclusão de Obra (Habite-se).

Art. 81 Nenhuma construção, reconstrução, reforma ou obra de qualquer natureza poderá ser

iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

Seção II

Base de Cálculo e Valores da Taxa

Art. 82 A base e a forma de cálculo e os valores da Taxa de Licença para Execução de Obras serão diferenciados em função da natureza do ato administrativo e serão estabelecidos anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção III

Lançamento e Arrecadação

Art. 83 A taxa será lançada em nome do contribuinte de uma só vez.

Parágrafo Único. Deferido o pedido e não iniciada a obra no prazo de seis meses a licença deverá ser renovada, sem prejuízo da renovação anual.

Art. 84 A taxa deverá ser recolhida de uma só vez, no ato da expedição da licença.

Seção IV

Contribuinte

Art. 85 É contribuinte da taxa toda pessoa física ou jurídica que execute obra sujeita às posturas municipais.

Seção V

Inscrição

Art. 86 No ato da solicitação da licença o contribuinte deverá também fornecer à Fazenda Municipal todos os elementos necessários para a perfeita inscrição da obra no cadastro de execução de obras e loteamentos, na forma do regulamento.

Art. 87 Todas as informações relativas à obra iniciada, ou em andamento, devem ser

fornechas à Fazenda Municipal para fins de controle, fiscalização e arrecadação do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

Seção VI Penalidades

Art. 88 O contribuinte que iniciar qualquer obra ou loteamentos sem a sua devida inscrição no de cadastro de execução de obras e loteamentos ficará sujeito às seguintes penalidades:

I - interdição da obra;

II - multa de uma Unidade Fiscal do Município - UFM por metro quadrado ou linear de construção;

III - caso a infração seja constatada mediante ação fiscal, multa de vinte Unidades Fiscais do Município - UFM's por dia, devida até sua definitiva inscrição.

CAPÍTULO V TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 89 A taxa de licença para publicidade e/ou propaganda tem como fato gerador a atividade do Município em fiscalizar, pessoa física ou jurídica, que utilize ou explore, por qualquer meio, publicidade e/ou propaganda em geral, com caráter permanente ou não, em ruas, logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público, inclusive cartazes, letreiros, quadros, painéis, placas, anúncios, mostruários fixos ou itinerantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas, quando permitido, e a propaganda e/ou publicidade veiculada por qualquer meio, eletrônico ou não.

§ 1º A propaganda veiculada mediante placa indicativa de local e atividade não configura incidência da taxa.

§ 2º A propaganda e/ou a publicidade veiculada por qualquer meio, eletrônico ou não, deve obedecer:

I - horário;

II - local;

III - a quantidade máxima de sessenta decibéis de ruído;

IV - período de duração.

§ 3º A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação nos exercícios seguintes.

Art. 90 O requerimento para a licença deve ser instruído com as informações necessárias e da fotografia em cores quando se tratar de painéis, placas, letreiros e similares, assim como suas dimensões e o local em que se pretende fixar.

§ 1º Para instalação da propaganda e/ou publicidades devem ser observadas as posturas municipais.

§ 2º Pretendendo instalar equipamentos em propriedade particular, a solicitação do interessado deve se fazer acompanhar da autorização do proprietário.

§ 3º O não atendimento dos requisitos legais implica na imediata remoção e apreensão da propaganda e/ou publicidade.

§ 4º Em todo anúncio e material publicitário e/ou de propaganda é obrigatória a menção do número da autorização outorgada pela Administração ao autor da mesma.

§ 5º Quando o requerente não for o proprietário do local em que se pretende colocar o anúncio, deverá juntar ao requerimento a respectiva autorização.

Art. 91 Respondem pela observância das disposições deste Capítulo todas as pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas, direta ou indiretamente, pela publicidade a que tenham autorizado.

Art. 92 Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anúncios sujeitos à taxa um número de identificação fornecido pela repartição competente e o tempo de validade do contrato da prestação do serviço de publicidade e propaganda.

§ 1º Depois de decorrido o prazo estipulado na licença o requerente deverá retirar todo o material de propaganda ou publicidade num prazo máximo 15 dias.

§ 2º O não cumprimento do descrito no parágrafo anterior fica sujeito o infrator as penalidades previstas na legislação vigente.

Seção II

Base de Cálculo

Art. 93 A taxa de licença para publicidade e/ou propaganda será calculada em função de sua modalidade, forma e local da sua execução e serão estabelecidas anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção III Lançamento e Arrecadação

Art. 94 Taxa de licença para publicidade e/ou propaganda será lançada arrecadada no ato da outorga.

Parágrafo Único. Tratando-se de publicidade e/ou propaganda de cigarro e bebida alcoólica a taxa deverá ser lançada em dobro, vedada sua localização próxima de escolas, praças de esportes, cinemas, igrejas e espaços paroquiais.

Seção IV Contribuinte

Art. 95 Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que utilize ou explore serviço de publicidade e/ou propaganda na forma prevista nesta lei.

Seção V Inscrição

Art. 96 A pessoa física ou jurídica que se utilize, por qualquer meio ou em qualquer local, de publicidade e/ou propaganda deverá promover sua inscrição no cadastro de publicidade e propaganda.

Seção VI Penalidades

Art. 97 O não cumprimento das normas regularmente estabelecidas implica nas seguintes penalidades:

I - multa de quarenta Unidades Fiscais do Município - UFMs, no caso de reincidência, o dobro, e mediante ação fiscal com Unidades Fiscais do Município - UFMs por cada autuação;

II - apreensão dos equipamentos e material, veículo e demais pertences;

III - as mesmas penalidades também serão aplicadas ao anunciante.

CAPÍTULO VI

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Seção I

Incidência e Fato Gerador

Art. 98 A Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete quem pretenda ocupar o solo nas vias e logradouros públicos, em locais previamente permitidos pelo Município.

§ 1º A taxa mencionada no presente artigo será extensiva às sociedades de economia mista e autarquia, federais, estaduais e municipais.

§ 2º Os oleodutos; gasodutos e congêneres; correias transportadoras; cabos e equipamentos para TV a cabo; equipamentos de telefonia, rádio e de televisão; torres de telefonia, de rádio e de televisão; terminais eletrônicos bancários, sendo estes instalados em vias públicas serão taxadas anualmente conforme lei complementar, que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Art. 99 Sem prejuízo do tributo e da multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos qualquer bem deixado em local não permitido ou colocado em vias e logradouros públicos sem o pagamento da taxa de que trata este Capítulo.

Seção II

Base de Cálculo e Valores da Taxa

Art. 100 A base e a forma de cálculo e os valores da Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros públicos serão estabelecidos anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Parágrafo Único. A taxa será arrecadada no ato da concessão da respectiva licença.

CAPÍTULO VI TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 101 As taxas de vigilância sanitária têm como fato gerador a atividade municipal, exercida pelo poder de polícia do órgão competente da secretaria municipal da saúde, sobre a prestação de serviço, autorização, vigilância, controle e fiscalização do cumprimento da legislação específica, seja ela municipal, estadual ou federal, das instalações e atividades de pessoa física ou jurídica, estabelecida ou não, visando à preservação da saúde pública.

Art. 102 Considera-se ocorrido o fato gerador da taxa de vigilância sanitária, quando:

I - o contribuinte exercer atividade passível da vigilância em todos os seus alcances conforme Lei Federal nº 8080/1990.

II - o contribuinte utilizar serviço específico e divisível, prestado pelo órgão competente da secretaria municipal de saúde ou quando tal serviço for colocado à disposição do contribuinte.

Seção II Lançamento, Base de Cálculo e Arrecadação

Art. 103 O lançamento da taxa é anual, mediante a solicitação do contribuinte ou da prestação de serviço de vigilância sanitária, para o exercício fiscal correspondente, até o último dia útil do mês em que completa um ano da taxa do exercício anterior.

~~Parágrafo único. A taxa de Vigilância Sanitária, após o primeiro lançamento, será emitida automaticamente em cada exercício em seu valor integral e com vencimento em 30 de março do ano corrente. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 237/2019)~~

Parágrafo único. A taxa de Vigilância Sanitária, após o primeiro lançamento, será emitida automaticamente em cada exercício em seu valor integral e com vencimento em 31 de julho do ano corrente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 247/2020)

Art. 104 A base, a forma de cálculo e os valores das taxas de vigilância sanitária serão estabelecidos anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Art. 105 A base de cálculo da taxa de vigilância sanitária é o valor estimado pela administração para o custeio e manutenção do serviço.

§ 1º O valor da taxa é progressivo, proporcional ao grau de risco epidemiológico e ao metro quadrado de área útil.

§ 2º Entende-se por área útil todo o espaço ocupado pela empresa para o perfeito desenvolvimento de suas atividades econômicas, como: salas, cozinhas, corredores, banheiros, quartos, elevadores, áreas de laser, lavanderias, estacionamentos, áreas de manobra de caminhões e trens, armazéns, área para armazenagem de produtos e containers a céu aberto, silos horizontais e verticais, balanças rodoviárias, correias transportadoras e outros espaços não especificados.

Art. 106 Os recursos financeiros, arrecadados pelas taxas de vigilância sanitária, que integram a gestão financeira do sistema único de saúde nos termos do art. 32, inciso V, e do artigo 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, serão depositados em sub-contas especiais, vinculadas à conta do fundo municipal de saúde e movimentados pelo gestor do fundo municipal de saúde, sob a fiscalização do conselho municipal de saúde, para a realização das finalidades do serviço de vigilância sanitária.

Parágrafo único. Ocorrendo superávit anual dos recursos financeiros oriundos da taxa de vigilância sanitária, os mesmos poderão ser utilizados nos exercícios financeiros seguintes, em outros projetos e atividades a serem executados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 229/2019)

Art. 107 A licença sanitária tem validade de um ano a partir da data do licenciamento, ficando sujeita a renovação assim que expirar sua validade.

Parágrafo Único. A licença deverá ser renovada sempre que ocorrer mudança de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Art. 108 Consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora sob o mesmo vínculo jurídico e ramo de atividade, estejam em locais distintos ou diversos;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

Seção III Contribuinte

Art. 109 Contribuinte das taxas de vigilância sanitária é toda a pessoa física ou jurídica, as quais independentes da atividade exercida estejam sujeitas a vigilância em todos os seus alcances conforme Lei Federal nº 8.080/1990.

Seção IV Inscrição

Art. 110 A inscrição será efetuada no cadastro da vigilância sanitária pelo interessado até o início da atividade, em requerimento protocolado e instruído de documentos exigidos pelo mesmo.

Art. 111 Serão efetuadas tantas inscrições quantas atividades exercer o sujeito passivo para cada estabelecimento ou local de atividades.

Seção V Penalidades

Art. 112 O não recolhimento da taxa de vigilância sanitária no prazo fixado em lei implica na imposição de multa de trinta e três centésimos por dia de atraso sobre o valor não pago ou pago a menor, até o limite de trinta por cento do valor da taxa.

Parágrafo Único. Havendo ação fiscal para o recolhimento da taxa, multa de cinquenta por cento do valor da taxa.

Art. 113 A falta da inscrição do contribuinte no cadastro da vigilância sanitária implica, além das penalidades cabíveis, a interdição do estabelecimento ou do local das atividades, temporariamente ou não.

Art. 114 As multas cominadas em processo administrativo sanitário, com decisão transitada em julgado, que não forem pagas até a época da renovação anual da Licença sanitária, implicarão na não liberação desta ao interessado.

Art. 115 As demais penalidades serão aplicadas levando em conta o grau de gravidade da infração cometida, competindo ao serviço de vigilância sanitária a notificação e a autuação do infrator, conforme prevê as legislações federais, estaduais e municipais.

CAPÍTULO VII TAXA DE ANUÊNCIA PRÉVIA (TAP)

Seção I

Fato Gerador e Incidência

Art. 116 A Taxa de Anuência Prévia do Município (TAP) tem por fato gerador o exercício do poder de polícia, decorrente da autorização para o exercício de atividades no âmbito do Município concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos devidos tributos.

Art. 117 Qualquer alteração ou ampliação da atividade deverá ser comunicada a Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 118 No caso do parágrafo anterior a TAP será cobrada seguindo os mesmos critérios definidos em Lei Complementar.

Art. 119 A exigência de Anuência Prévia será determinada pela Classificação da Atividade através do CNAE, no momento da inscrição cadastral.

Seção II

Lançamento, Base de Cálculo e Arrecadação.

Art. 120 A TAP deverá ser recolhida previamente ao pedido das anuências.

Art. 121 A TAP terá valores fixados em lei, dependendo do porte do empreendimento e do potencial poluidor da atividade, de acordo com Tabela definida em Lei específica.

§ 1º O porte do empreendimento e seu potencial poluidor são os definidos em lei complementar.

§ 2º A lei complementar não definirá as atividades de impacto local, constituindo apenas referência tributária.

Art. 122 Aplica-se, no que couber, a legislação tributária do Município de Paranaguá.

Seção III

Contribuinte

Art. 123 É contribuinte da TAP o empreendedor, público ou privado, responsável pelo pedido da Anuência Prévia para o exercício da atividade respectiva.

Seção IV Inscrição

Art. 124 O requerente deverá fornecer a Secretária de Meio Ambiente todos os dados solicitados relativos ao empreendimento, a qualquer tempo, para análise e posterior concessão das anuências.

Parágrafo Único. Nos casos de autorizações para eventos, o requerente deverá solicitar via protocolo com quinze dias de antecedência.

Seção V Penalidades

Art. 125 As infrações à legislação ambiental serão apuradas mediante processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração ambiental, em três vias, observados os ritos e os atos estabelecidos em Lei complementar específica.

CAPÍTULO VIII TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE REGULAR FUNCIONAMENTO E LOCALIZAÇÃO E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 126 A Taxa de Fiscalização de Regular Funcionamento e Localização de Atividades Econômicas e tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia sobre o disciplinamento e ordenamento das atividades econômicas ou não-econômicas exercidas no território do Município.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador no momento em que o órgão municipal competente executa ato tendente a verificar a adequação da atividade às normas da legislação municipal.

§ 2º Os órgãos envolvidos na fiscalização poderão realizar o ato referido no § 1º exclusivamente por meio eletrônico, em se tratando de renovação de licenciamento, nos casos em que a visita física ao estabelecimento for julgada dispensável.

Seção II Base de Cálculo

Art. 127 A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Regular Funcionamento e Localização é o metro quadrado de área construída.

Parágrafo Único. A taxa será cobrada conforme alíquotas fixas e calculada na forma estabelecida anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção III Lançamento

Art. 128 O lançamento da Taxa de Fiscalização de Regular Funcionamento e Localização será anual e dar-se-á por declaração do sujeito passivo.

Art. 129 É solidariamente responsável pela Taxa de Fiscalização de Regular Funcionamento e Localização o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do imóvel onde se encontra instalada a atividade sujeita ao exercício do poder de polícia municipal.

~~§ 1º A taxa será expedida em três parcelas fixas e iguais.~~

~~§ 1º A taxa será expedida com desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor original para pagamento à vista até 30 de janeiro do ano corrente, ou com desconto de 40% (quarenta por cento) do valor original para pagamento à vista até 28 de fevereiro do ano corrente, após essas datas a taxa será expedida sem descontos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 171/2014)~~

~~§ 1º Os Alvarás terão prazo de validade até o dia 30 de Maio do ano subsequente a sua emissão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 220/2018)~~

§ 1º Os Alvarás terão prazo de validade até o dia 31 de julho do ano subsequente a sua emissão. (Redação dada pela Lei Complementar nº 246/2020)

~~§ 2º As parcelas, que trata o § 1º deste artigo, serão expedidas nos três primeiros meses do exercício vigente. (Revogado pela Lei Complementar nº 171/2014)~~

§ 2º Os alvarás só serão considerados válidos pela Administração Pública se as licenças da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros estiverem dentro da validade durante o período de vigência do Alvará emitido. (Redação acrescida pela Lei Complementar

nº 220/2018)

~~§ 3º O contribuinte poderá optar em quitar a taxa de uma só vez, no primeiro mês do exercício vigente, com redução de 60% (sessenta por cento) do valor da taxa. (Regulamentado pelo Decreto nº 2193/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 171/2014)~~

§ 3º alvará expedido deverá conter, além da sua data de validade, as datas de vencimento das licenças do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 220/2018)

~~§ 4º Nos valores parcelados a redução da taxa será de 30% (trinta por cento). (Regulamentado pelo Decreto nº 2193/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 171/2014)~~

§ 4º Os Alvarás somente serão expedidos com a vinculação de contador ou Escritório de Contabilidade, devidamente registrado na Prefeitura Municipal ou no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, com exceção do alvará do Micro Empreendedor Individual - MEI e de Autônomo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 220/2018)

§ 5º A taxa será expedida com desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor original para pagamento à vista até 30 de janeiro do ano corrente, ou com desconto de 40% (quarenta por cento) do valor original para pagamento à vista até 28 de fevereiro do ano corrente, após essas datas a taxa será expedida sem descontos, com seu vencimento integral na data de 31 de julho de cada exercício. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 247/2020)

Seção IV Contribuinte

Art. 130 É contribuinte da Taxa de Fiscalização de Regular Funcionamento e Localização o responsável pela unidade econômica ou não-econômica, requerente da respectiva licença.

Seção V Inscrição

Art. 131 A inscrição do sujeito passivo se dará por meio de declaração e será:

I - efetuada:

- a) antes do início das atividades sujeitas ao exercício do poder de polícia municipal;
- b) no prazo estipulado na legislação municipal, quando se tratar da comunicação de alteração em quaisquer das características do licenciamento anteriormente concedido;

II - desvinculada da autoridade administrativa responsável pelo lançamento.

Seção VI Penalidades

Art. 132 O descumprimento das disposições relativas à taxa implica na imposição das seguintes penalidades

I - notificado e por não cumprir os termos da notificação, multa de duzentas Unidades Fiscais do Município - UFM's;

II - negar-se a apresentar o alvará de licença à fiscalização, multa de cem Unidades Fiscais do Município - UFM's;

III - na reincidência, multa em dobro e imediata interdição do estabelecimento sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo Único. Quando o recolhimento da taxa decorrer de ação fiscal, através do auto de infração, será aplicada multa punitiva de 40% (quarenta por cento) sobre o valor corrigido da taxa.

CAPÍTULO IX TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 133 A Taxa de Fiscalização de Trânsito em tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia sobre o disciplinamento e ordenamento do trânsito urbano, por solicitação da pessoa física ou jurídica ou pelo deslocamento de autoridades de trânsito ao local onde haja transgressões ao disciplinamento e ordenamento de trânsito.

Parágrafo Único. A taxa não incidirá nas solicitações promovidas por entidades sindicais dos trabalhadores, entidades de assistência social sem fins lucrativos e pessoas jurídicas de direito público.

Art. 134 Considera-se ocorrido o fato gerador sempre que o órgão municipal competente executar o disciplinamento e ordenamento do trânsito urbano, no local designado ou no local onde haja transgressões ao disciplinamento e ordenamento de trânsito, observada a

legislação aplicável.

Seção II Contribuinte

Art. 135 É contribuinte da Taxa de Fiscalização de Trânsito a pessoa física ou jurídica que requeira disciplinamento e ordenamento do trânsito urbano ou aquele que figurar do ato administrativo, dele tiver interesse ou obtiver qualquer benefício.

Seção III Base de Cálculo

Art. 136 A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Trânsito é o custo de execução dos serviços de disciplinamento e ordenamento do trânsito urbano segundo as normas da legislação Municipal.

Parágrafo Único. A taxa será cobrada conforme alíquotas fixas e calculada na forma estabelecida anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção IV Lançamento

Art. 137 O lançamento da Taxa de Fiscalização de Trânsito dar-se-á por declaração do sujeito passivo.

§ 1º A declaração do sujeito passivo não vincula a autoridade administrativa responsável pelo lançamento.

§ 2º A taxa será arrecadada integralmente no ato da solicitação do requerente.

Seção V Penalidades

Art. 138 O descumprimento das disposições relativas à taxa implica na imposição das seguintes penalidades

I - promover eventos em logradouros públicos sem a prévia autorização do departamento de trânsito municipal - multa de duzentas unidades fiscais - Ufms.

II - prejudicar ou interromper o trânsito em vias públicas, por qualquer motivo, sem a prévia autorização do departamento de trânsito - multa de trezentas unidades fiscais - Ufms.

III - instalar placas de publicidade em vias públicas ou em locais que dificultem a visibilidade do condutor de veículos, sem a prévia autorização do departamento de trânsito - multa de duzentas ufms.

IV - na reincidência, multa em dobro e sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

CAPÍTULO X

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Seção I

Incidência e Fato Gerador

Art. 139 A Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiro tem como fato gerador o exercício regular e permanente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros, prestados por permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria nos veículos automotores empregados na prestação dos respectivos serviços e/ou verificação das exigências previstas na legislação aplicável.

Parágrafo Único. O Município realizará vistoria semestral nos veículos empregados no transporte de passageiros, visando a verificar a adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como fiscalizará as condições de segurança e higiene e outras condições necessárias à prestação do serviço.

Seção II

Contribuinte

Art. 140 O contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore o transporte de passageiros dentro do território do Município.

Seção III

Base de Cálculo

Art. 141 A Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiro será devida semestralmente.

§ 1º O pagamento da taxa devida, por veículo, será antecipado à realização da vistoria semestral, cuja data de vencimento será o dia anterior ao da vistoria.

§ 2º É vedada à inclusão da taxa na planilha de composição de custo operacional, bem como o seu repasse para o usuário do serviço;

§ 3º A taxa será cobrada conforme alíquotas fixas e calculada na forma estabelecida anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção IV Penalidades

Art. 142 O descumprimento das disposições relativas à taxa implica na imposição das seguintes penalidades.

I - trafegar sem devida taxa quitada - multa de duzentas unidades fiscais - Ufms

II - na reincidência, multa em dobro e sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo Único. Os descumprimentos das normas pertinentes às exigências operacionais e contratuais serão penalizados através de Lei e regulamentos próprios.

CAPÍTULO XI APREENSÃO E DEPÓSITO DE COISAS OU ANIMAIS

Seção I Incidência e Fato Gerador

Art. 143 A taxa tem como fato gerador o exercício regular e permanente pelo Poder Público, da fiscalização das normas e exigências da legislação aplicável, visando à proteção das pessoas e dos animais.

Seção II

Contribuinte

Art. 144 É o proprietário do bem apreendido ou do proprietário do animal que causou eventuais danos e prejuízos a pessoas e ao patrimônio público, comum e privado.

Seção III

Base de Cálculo

Art. 145 Os bens apreendidos e os animais evadidos serão recolhidos pela Municipalidade e encaminhados para locais adequados.

Art. 146 A taxa terá o valor estimado das atividades administrativas necessárias para o custeio e manutenção dos serviços e será cobrada conforme alíquotas fixas e calculada na forma estabelecida anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção V

Lançamento

Art. 147 A taxa será lançada no momento da solicitação do proprietário, que queira recuperar o apreendido, dentro do prazo estipulado em lei municipal.

§ 1º O proprietário só poderá retirar as coisas e animais recolhidos ao Depósito do Município, desde que pague a taxa correspondente.

§ 2º Caso não haja manifestação, após o prazo estipulado em lei, pelo proprietário, será dado o devido destino do bem ou do animal, previsto na legislação municipal.

CAPÍTULO XII

INSPEÇÃO PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Seção I

Incidência e Fato Gerador

Art. 148 A taxa tem como fato gerador o exercício regular e permanente pelo Poder Público, da fiscalização das normas e exigências da legislação aplicável, garantindo higienização do local e a conseqüente qualidade do produto para o consumo humano.

Parágrafo Único. A fiscalização dos estabelecimentos, em relação às normas de higienização e qualidade dos produtos, caberá a Secretária de Agricultura e Pesca.

Seção II Contribuinte

Art. 149 É o proprietário do estabelecimento que explore a atividade de criação, abate e comércio de produtos de origem animal.

Seção III Base de Cálculo

Art. 150 A taxa terá o valor estimado das atividades administrativas necessárias para o custeio e manutenção dos serviços e será cobrada conforme alíquotas fixas e calculada na forma estabelecida anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Seção IV Lançamento

Art. 151 A taxa será lançada anualmente e deverá ser quitada no primeiro mês do ano vigente.

Seção V Penalidades

Art. 152 O descumprimento das disposições relativas à taxa implica na imposição das seguintes penalidades

I - funcionar sem a devida autorização do órgão responsável pela fiscalização - multa de

duzentas unidades fiscais - Ufms

II - na reincidência, multa em dobro e interdição do estabelecimento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo Único. Os produtos impróprios para consumo serão apreendidos e recolhidos para o depósito municipal.

CAPÍTULO VIII TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção Única Disposições Gerais

Art. 153 As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ou postos à disposição do contribuinte, são:

I - taxa de coleta de lixo;

II - taxa de prevenção e combate a incêndio e taxa de vistoria de segurança contra incêndio;

III - taxa de limpeza e de conservação de vias e logradouros públicos;

IV - taxa de Expediente;

V - taxa de Serviços Diversos

Parágrafo único. São isentos do recolhimento das taxas templos de qualquer culto, reconhecidos como de utilidade pública. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 324/2025)

CAPÍTULO IX TAXA DE COLETA DE LIXO

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 154 A taxa de coleta de lixo tem como fato gerador a efetiva prestação dos serviços de coleta de lixo urbano domiciliar e detritos orgânicos ou a sua colocação à disposição do contribuinte.

Parágrafo Único. Exclui-se da coleta de lixo aquele não orgânico produzido por oficinas mecânicas, indústrias e outras atividades comerciais congêneres, assim como de restos de reforma de edificações, de e conservação terrenos ou de construção civil.

Art. 155 A incidência da taxa ocorre quando da coleta, transporte e acomodação em depósito de lixo domiciliar e detritos orgânicos de até um metro cúbico por dia por contribuinte.

Art. 156 O lixo hospitalar terá disciplina em lei especial.

Seção II

Base de Cálculo, Lançamento e Arrecadação

Art. 157 A taxa de coleta de lixo tem como base de cálculo o custo para execução e manutenção do serviço de coleta de lixo, e será lançada conforme lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais, respeitando-se quando for o caso o valor da taxa máxima.

Parágrafo Único. A taxa de coleta de lixo tem como base de cálculo a área edificada, sua natureza e destinação.

Art. 158 A taxa será lançada de ofício, em conjunto com outros tributos ou individualmente, podendo o Poder Executivo, no interesse da arrecadação, firmar convênio com Entidades da Administração Indireta do Município ou com Órgãos e Entidades Estaduais.

Art. 159 O lançamento e a arrecadação serão anuais, podendo o lançamento ser feito junto de outros tributos, com a obrigatória identificação dos mesmos na respectiva notificação.

Seção III

Contribuinte

Art. 160 O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis edificados ou não onde o Município mantenha, com regularidade, os serviços e de coleta de lixo.

Parágrafo Único. Em imóveis edificados onde exista mais de uma unidade de qualquer natureza de atividade cada uma delas será considerada como autônoma e seu proprietário contribuinte da taxa.

Seção IV Inscrição

Art. 161 A inscrição será aquela constante do cadastro imobiliário.

Seção V Penalidades

Art. 162 O não recolhimento da taxa no prazo fixado implica na imposição de multa de trinta e três centésimos por dia de atraso sobre o valor não pago ou pago a menor, até o limite de trinta por cento do valor da taxa.

CAPÍTULO X TAXA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E TAXA DE VISTORIA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 163 O serviço de vigilância, prevenção e combate a incêndio tem como fato gerador sua execução ou sua colocação à disposição do contribuinte, diretamente ou por terceiro, mediante convênio, incidindo sobre o imóvel edificado com qualquer benfeitoria, ou que sirva como depósito de produtos ou materiais combustíveis ou inflamáveis.

Seção II Base de Cálculo, Lançamento e Arrecadação

Art. 164 A base de cálculo da taxa é o custo do serviço estimado pela administração para sua manutenção e custeio.

Parágrafo Único. A taxa de Prevenção e Combate a Incêndio poderá ser lançada em conjunto com o IPTU e a Taxa de Vistoria de Segurança Contra Incêndio será lançada individualmente, por contribuinte mediante solicitação em requerimento próprio, no momento da expedição de seu alvará de funcionamento ou na sua renovação, se for o caso.

Art. 165 A arrecadação e aplicação do produto da taxa será disciplinada em regulamento próprio.

Art. 166 É facultado ao Executivo Municipal celebrar convênio com a Polícia Militar do Estado do Paraná para executar os serviços de combate e prevenção a incêndio no Município.

Seção III Contribuinte

Art. 167 Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis atingidos ou abrangidos pelo serviço.

Seção IV Inscrição

Art. 168 A inscrição do imóvel será a constante no cadastro imobiliário.

CAPÍTULO XII TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA, CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 169 O fato gerador da taxa é a prestação dos serviços de limpeza pública, conservação de vias e logradouros públicos, prestados ou postos à disposição do contribuinte, em conjunto ou isoladamente, e compreendem;

I - limpeza de galerias fluviais, bocas de lobo, bueiros e irrigações;

II - manutenção, conservação e limpeza de fundos de vales e encostas;

III - conservação de logradouros públicos;

IV - reparação de logradouros públicos.

§ 1º Consideram-se logradouros as ruas, avenidas, parques, jardins e similares, estradas, passagens e caminhos rurais localizados no Município.

§ 2º Os serviços de reparação e conservação de logradouros serão cobrados aos proprietários de imóveis, ao titular do domínio útil ou ao possuidor a qualquer título confrontantes para vias e logradouros públicos.

§ 3º Nas vias, caminhos e passagens que servem a zona rural, além dos imóveis confrontantes para estas, os imóveis que utilizarem desses logradouros também ficam sujeitos à taxa.

Seção II

Base de Cálculo, Lançamento e Arrecadação

Art. 170 A taxa tem como base de cálculo o metro linear da testada do imóvel para a via ou logradouro público beneficiada pelo serviço, será cobrada conforme alíquotas fixas e calculada na forma estabelecida anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

Art. 171 A taxa será lançada em conjunto com outros tributos ou individualmente. Quando em conjunto, deve ser identificado seu respectivo valor dentre os demais tributos.

Art. 172 O lançamento e a arrecadação da taxa serão feitas anualmente.

Seção III

Contribuinte

Art. 173 Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel urbano servido por qualquer dos serviços constantes do artigo anterior.

Seção IV

Inscrição

Art. 174 A inscrição é a mesma do cadastro imobiliário.

Seção V

Penalidades

Art. 175 O não recolhimento da taxa no prazo fixado implica na imposição de multa de trinta e três centésimos por dia de atraso sobre o valor não pago ou pago a menor, até o limite de trinta por cento do valor da taxa.

CAPÍTULO XIII TAXA DE EXPEDIENTE

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 176 O fato gerador da Taxa de Expediente é a utilização de serviços prestados pela Prefeitura, descritos anualmente em legislação complementar.

Art. 177 O contribuinte da taxa é toda pessoa, física ou jurídica, para quem a Administração Municipal haja prestado os serviços a que se refere o artigo anterior e será cobrada de acordo com tabela contida na legislação complementar mencionada no artigo anterior.

Art. 178 A taxa será cobrada por meio de documento fornecido pela repartição competente, no momento em que for solicitado o serviço.

Seção II Base de Cálculo e Valores Das Taxas

Art. 179 A base e a forma de cálculo e os valores das taxas de expediente serão estabelecidos anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

CAPÍTULO XIV TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 180 A Taxa de Serviços Diversos tem como fato gerador a utilização dos seguintes

serviços:

I - numeração e renumeração de prédios;

II - alinhamento e nivelamento;

III - liberação de bens apreendidos ou depositados;

IV - serviços de cemitério;

V - inscrição em feiras e mercados;

VI - roçada de terrenos baldios, conforme disposto em legislação própria;

VII - laudos e vistorias técnicas de qualquer natureza;

VIII - outros serviços não especificados que necessitem do ato da Administração Municipal

Art. 181 O contribuinte da taxa é a pessoa, física ou jurídica, que tiver interesse direto no ato da Administração Municipal.

Parágrafo Único. No caso discriminado no inciso VI do artigo anterior, o serviço terá origem no ato da Administração Pública que verificar a negligência e/ou descumprimento, pelos proprietários, da obrigação de manter roçados e limpos seus terrenos e imóveis desocupados, conforme disposto na legislação sanitária e legislação afim.

Seção II

Base de Cálculo e Valores Das Taxas

Art. 182 A base e a forma de cálculo e os valores das taxas de serviços diversos serão estabelecidos anualmente em lei complementar que define as alíquotas e os valores dos tributos, contribuições, unidade fiscal, taxas e multas municipais.

CAPÍTULO XV

TAXA DE MOBILIDADE URBANA

Seção I

Fato Gerador e Incidência (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 269/2021)

Art. 182-A A Taxa de Mobilidade Urbana é devida pelos usuários efetivos e potenciais do serviço de transporte coletivo público de passageiros do Município prestado diretamente pela Administração Municipal, mediante concessão e/ou outra espécie de contrato administrativo.

§ 1º Considera-se usuário efetivo todo o usuário do serviço de transporte coletivo público de passageiros municipal sem vínculo empregatício.

§ 2º Considera-se usuário potencial, todos os empregados vinculados às pessoas físicas ou jurídicas empregadoras com sede, filial ou qualquer estabelecimento no Município.

§ 3º O responsável tributário pelo recolhimento o empregador pessoa física ou jurídica com sede, filial ou qualquer estabelecimento no Município que mantém empregados registrados em carteira.

§ 4º O micro empresário individual - MEI e o autônomo são isentos da taxa de mobilidade urbana.

§ 5º Ficam isentos desta taxa as entidades sem fins lucrativos devidamente declaradas de utilidade pública com sede neste município. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 269/2021)

Art. 182-B A base de cálculo mensal para a Taxa de Mobilidade Urbana para o responsável tributário será determinada pelo número de empregados vinculados à unidade, sede ou estabelecimento de cada pessoa física ou jurídica empregadora, multiplicado pelo valor de R\$ 50 (cinquenta reais) por empregado registrado, podendo este valor ser revisto anualmente mediante decreto municipal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 269/2021)

Art. 182-C A Taxa de Mobilidade Urbana será lançada mensalmente e deverá ser paga pelo responsável tributário até o dia 20 (vinte) do mês subsequente aquele de fornecimento da informação pela pessoa jurídica sobre o número de empregados, por guia específica emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento.

Parágrafo único. A indicação da quantidade de funcionários pelas pessoas jurídicas se dará por meio de formulário próprio, disponibilizado por meio de plataforma eletrônica disponibilizada no site da Prefeitura, ou por cadastro físico, disponível na Secretaria da Fazenda e Orçamento, até o dia 10 (dez) de cada mês. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 269/2021)

Art. 182-D O não recolhimento da taxa no prazo fixado implica na imposição de multa de trinta e três centésimos por cento por dia de atraso sobre o valor não pago ou pago a menor, até o limite de trinta por cento do valor da taxa.

Parágrafo único. A constatação pelo Município de que as informações prestadas pelas pessoas físicas ou jurídicas obrigadas pela taxa foram subdimensionadas, sujeitará o infrator à imposição de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor que deveria ser recolhido a esse título. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 269/2021)

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 183 Revogam-se os artigos 6 a 21; 31 a 39; 49 a 64; 111 a 214; da Lei Complementar nº 06, de 21 de dezembro de 2000; Lei Complementar nº 19, de 15 de dezembro de 2003; Lei Complementar nº 35, de 19 de julho de 2005; Lei Complementar nº 55, de 22 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 56, de 22 de dezembro de 2006, e demais disposições em contrário.

Art. 184 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 18 de dezembro de 2009.

JOSE BAKA FILHO
Prefeito Municipal

MARCIO AURÉLIO VIEIRA DA COSTA
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

ANTONIO RAMOS DA SILVA
Secretário Municipal de Fazenda

ALAOR RIBEIRO DOS REIS
Procurador Geral do Município